

# O que o psicanalista faz com o tempo?<sup>1</sup>

Mariano Horenstein<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** De uma forma livre e tributária da origem oral desta apresentação, o autor ensaia acerca de alguns aspectos do tempo em psicanálise. Por um lado, as suas concepções linear e circular, e a introdução original do conceito fundamental de *Nachträglichkeit* para pensar a temporalidade na análise. E também a dupla abordagem do tempo, como *cronos*, cronologia, ou como *kairos*, oportunidade. O tempo é também explorado a partir do triplo registo lacaniano do imaginário, do simbólico e do real, e do modo como pode ser pensado tanto na neurose - as estratégias históricas e obsessivas frente ao tempo - como na psicose ou na perversão. A indagação do tempo tem também como horizonte o senhor absoluto, a morte, tanto no discurso psicanalítico como nas alusões literárias e artísticas que aqui servem de contraponto ao autor.

**PALAVRAS-CHAVE:** tempo; *kairos*; *cronos*; *Nachträglichkeit* (retroatividade); passado.

## I)

A psicanálise sempre foi identificada com uma indagação sobre o passado, como uma busca pelos efeitos do passado no presente, e Freud é, sem dúvida, quem trouxe à tona a eficácia do passado na constituição dos sintomas. A metáfora do analista arqueólogo, do analista historiador ou do analista detetive nos são familiares: nós, analistas, somos vistos com frequência como especialistas no passado e prometemos a nossos pacientes – de um modo ou de outro – rastrear seus traços patogênicos, aqueles em que seu presente e seu futuro estão comprometidos.

---

1. Este texto corresponde a uma conferência pronunciada no MASP (Museu de arte de São Paulo), em 22 de março de 2014. O estilo corresponde a uma versão originalmente oral.

2. Psicanalista, Membro titular com funções didáticas da Associação Psicanalítica de Córdoba.

Talvez convenha nos determos brevemente sobre quais concepções do tempo é possível identificar, tanto na história individual quanto na coletiva. E pensar a partir daí *de que passado falamos* na psicanálise.

1) Por um lado, há um tempo mítico, **circular**. Seu modelo é o da natureza com seus ciclos: os dias, as noites, as estações. É uma concepção do tempo em que tudo sucede várias vezes e indubitavelmente remete – aos ouvidos de um psicanalista – ao tempo da *repetição*, das reminiscências, mais que das recordações, tempo demoníaco ainda que tranquilizador: não haverá nada de novo sob o sol.

Aqui, na linha do circular, do que se reedita repetidamente, podemos situar o que Octave Mannoni (Mannoni, 1973) chamava de *análise original*, aquela que cada novo analista deve indispensavelmente recapitular em sua prática.

Sabemos – Foucault nos ensinou – que a Ciência tende a esquecer seus fundadores: ninguém passa pelas experiências de Newton ou de Lavoisier para se tornar físico ou químico. E ambos são apenas referências nos capítulos de história de suas respectivas ciências.

Na psicanálise não é assim. Há uma referência (oxalá não uma *reverência*) permanente e ineludível a Freud enquanto fundador de uma nova discursividade. Por isso nos repetimos tanto em nossas citações e, assim, irritamos muitos que prefeririam que, em nossos artigos, citássemos mais os últimos avanços da neurociência do que antiguidades como Freud, Lacan, Bion ou Winnicott... É outra relação com o tempo. E cada analista em formação, para tornar-se analista, é obrigado a repetir, a recapitular o caminho freudiano, a passar por um processo de análise, a reviver a experiência original e fundamental da primeira psicanálise – aqueles treze anos em que Freud analisou-se em transferência com um sujeito como Fliess.

Outro modo – conectado com o anterior – em que o passado está presente na análise, de um modo imperceptível, porém nem por isso menos eficaz, é através do *ritual*. Nossa prática é um verdadeiro ritual laico que atualiza, a cada momento em que um analisando se recosta e começa a falar ante a escuta atenta de seus analistas, a história inteira da disciplina. Todo ritual é memória em ato.

Neste registro também poderíamos situar algo sobre o tempo fora do tempo, fora do discurso, sobre a **psicose**. Lá, em geral não é fácil encontrar – nem exposta nem cifrada – uma história.

É o que me acontece com S., um paciente psicótico que acompanho há anos e que não conseguiu articular – para além de umas poucas indicações iniciais

– nada sobre as circunstâncias que desencadearam sua psicose ou sobre a sua história infantil, tampouco sobre sua história recente, muito menos sobre algum projeto. Só podemos especular a partir do discurso dos outros e a partir da teoria, reconstruir através de testemunhos indiretos algo que se assemelhe a uma história, construí-la como um curativo, implantando uma temporalidade artificial.

Também aqui poderíamos pensar algo sobre o tempo ligado à *Verleugnung*, o tempo da negação. Até mesmo a negação da própria passagem do tempo. Em sua relação íntima com a castração, o fluxo do tempo se torna outro alvo a ser refutado. A frase “Já sei que o tempo passa... mas mesmo assim...” pode enunciar, na paráfrase da frase de Mannoni que descreve o universo perverso, toda uma lógica da denegação que se situa em um arco que vai do mero traço ou comportamento ou estrutura até uma multidão de manifestações possíveis:, desde a ocultação dos sinais visíveis da idade ou o apreço por cirurgias estéticas até a escolha de objetos que ofereçam alguma imunidade ao passar do tempo (por que não, neste sentido, crianças?), ou até o desprezo pela velhice ou pela sabedoria que emana do perecível. De todo modo, não temos muita clínica aí, ainda que o renegador seja abundante no cenário social.

2) Há outra ideia do tempo, **linear**, contínua, quantificável e homogênea, que desenha a flecha do tempo traçada do passado rumo ao futuro. É o tempo do *progresso* (e, também, do *processo*, modo em que normalmente se descreve a evolução de uma cura analítica), no qual tanto se confiou e a partir do qual a ciência nos surpreende dia a dia com seus avanços. Para além de seu domínio, no entanto, em toda escala do humano, há razões suficientes para desconfiar do progresso, para desconfiar de que a mera passagem do tempo traga avanços.

Guardadas as suas diferenças, esses dois modos – o tempo como *circULARIDADE* ou como *linearidade* – são formas convencionais de pensar o tempo, e têm consequências no modo como abordamos o humano em suas múltiplas dimensões e, também, na clínica. Ambos estão presentes em Freud. À ideia de um passado que se repete, opõe-se a ideia de um passado que pode ser apropriado – enquanto lembrança, evitando que invada, sob a forma de atuação ou sintoma, o presente. Em ambas as formas de conceber o tempo, no entanto, há um passado constituído, dado.

Estes dois modos de conceber o tempo, transmutados na teoria e na prática da análise, encerram uma virtude central na forma como se tem abordado o sofrimento humano. De fato, eles introduzem a *diacronia* onde havia apenas *sincronia*. Lembremos o que era a histeria antes de Freud e as apresentações de

casos que Charcot fazia em La Salpêtrière para toda a Paris: tratava-se de *quadros* oferecidos ao *olhar* em sua sincronicidade. Freud introduz aí a *diacronia*, torna falantes esses quadros imóveis, converte-os em *histórias*, até mesmo em romances. As histórias – como o relato através do qual são articuladas – são impensáveis sem uma dimensão diacrônica.

3) No entanto, há um terceiro modo de se pensar o tempo, que também está em Freud, e que constitui talvez sua concepção mais original, pois, nas formas anteriores, como dizíamos, o passado está dado: seja pulsando eternamente igual, seja recuperado como uma lembrança libertadora. Há um modo, porém, em que o passado se *reconfigura* a partir do futuro, aquilo que é implicado por esta palavra alemã usada por Freud, mas que teve de ser valorizada por Lacan: *Nachträglichkeit*. Não apenas ressignificação do passado, mas também – ainda que soe paradoxal – construção de um passado a partir do futuro.

Eis uma constatação acessível a qualquer psicanalista: ninguém que se disponha a se deitar em um divã durante um tempo considerável para falar de seus assuntos e passar em revista seu passado está verdadeiramente preocupado com sua história. Se há algo que o preocupa, é o seu *destino*, ou seja, seu futuro. Não há vocação autobiográfica alguma, analisar-se não é um *hobby* de burgueses ociosos: trata-se de acessar as hipotecas com as quais o passado condiciona tanto o sofrimento presente quanto as possibilidades de um futuro.

O passado, então, é objeto de uma paradoxal construção. Walter Benjamin o disse de uma forma muito bonita: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’” (Benjamin, 1993, p.224). Isso é claramente uma ilusão própria de uma concepção convencional do tempo. “Significa”, continua a citação, “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (idem, p.224). O passado é um texto aberto às leituras do futuro, e as leituras feitas a partir do futuro *modificam* o texto. Assim, tanto no reordenamento significativo dos textos fundacionais de cada sujeito, como no desprendimento de gozo envolvido em velhas leituras, residem as fontes de nossa eficácia.

O “instante de perigo” de que Benjamin fala remete, em nosso campo, a outro tema, não menos importante: o da instrumentalização do tempo em uma cura. Porque há uma *lógica* possível – Lacan a isolou através de três momentos: instante de ver, tempo de compreender, momento de concluir – que subverte qualquer *cronológica*. O instante de perigo chega quando o analista consegue capturar a fugitiva Oportunidade – aquela deusa quase careca e esquiva, difícil

de deter – no momento de uma interpretação fértil. Também ali ressoa a teoria do “instante decisivo” de Henri Cartier-Bresson, o magnífico fotógrafo francês (e a fotografia é fundamental para entender algo sobre o tempo, pois justamente se trata de uma arte que tenta capturar algo fugidio, condenado a desaparecer).

Lembro de um analisando que acompanho há anos, como S. Segundo filho homem de um importante empresário, ele veio se consultar comigo logo após a morte de seu pai. Na distribuição da herança, o filho mais novo havia sido deixado ao lado da mãe, a salvo da vida de negócios um tanto selvagem, porém cativo do desejo dela. O irmão mais velho, com o mesmo nome de seu pai, começa a apoiá-lo em suas atividades. Quando este morreu, apoderado de sua herança institucional, em poucos anos constrói uma posição de poder que lhe confere os cargos mais importantes do empresariado nacional. Enquanto isso, o irmão menor, meu paciente – que estava distanciado do pai na hora de sua morte –, assume uma posição distinta, dedicando-se sem entusiasmo a outro ofício, alimentando-se das sobras que o irmão mais velho lhe dava e rechaçando qualquer vocação ligada às empresas de seu pai.

Durante o trabalho analítico, surgem determinados significantes, supostamente escutados em um diálogo entre seus pais, segundo os quais, enquanto o filho mais velho era ungido com a herança paterna, o mais novo ficava “entregue” à mãe, quase como uma compensação pelo abandono de seu marido em nome da vida política, entre outras coisas (ao menos no fantasma do meu paciente; vê-se, pela exclusão, a importância da adoção como modo de exercício da paternidade entre os romanos: um pai ergue um filho e o faz seu... Um pai pode escolher não adotar um filho seu). Um desses significantes fazia alusão ao fato de que meu paciente ficaria responsável por uma pequena familiar, distanciado dos interesses do pai. Ao meu paciente foi assinalado o lugar da “reserva” – assim ele o disse e assim marcava seu lugar no mundo: sempre à espera do que viria, postergando recorrentemente qualquer ato possível – reserva que aludia tanto ao vinho (em que a *reserva* do gozo é a de melhor qualidade, aquela que traz prazer em ser guardada, mas cuja hora de ser tomada nunca chega) como à categoria esportiva (em que *reserva* é o lugar dos que não jogam na primeira divisão, como o irmão). Ele passou anos queixando-se de seu lugar degradado, e gozando dele, com pouca evolução. Até que, há menos de dois anos, uma reviravolta se dá, e parecem ser questionadas algumas dessas frases que marcaram sua história (ele ao lado da mãe; ele na reserva; ele viticultor e não político; ele, quase deserdado do nome paterno), e se dá uma apropriação particular de sua herança, com efeitos notáveis em muito pouco tempo: casa-

mento, paternidade, entrada na vida empresarial e uma incipiente, ainda que já meteórica, carreira.

Poderíamos nos perguntar se, nessa história que se conseguiu construir na análise, a de ser o filho da mãe e não do pai, a de estar destinado à *reserva* – também no sentido de sua loquacidade, pois é um analisando que demorou muito para poder associar livremente e ainda mais para falar publicamente –, trata-se de fatos reais ou conjecturais. Fazem parte de sua *história*, exumada na análise e permitindo, assim, a liberação das inibições concomitantes? Tratou-se do trabalho de arqueólogo com o qual Freud tantas vezes identificou nosso ofício? Tenho minhas dúvidas. Frequentemente penso que o relato que se pôde construir na sessão – relato *performativo*, eficaz porque, ao pretender contar a realidade, a modifica – questiona um lugar de gozo mortífero, gozo da exclusão, mas também gozo de ser o objeto materno, liberando seu desejo, apropriando-se de uma identificação anteriormente esquivada com o pai, conquistando o que herdou. Porém este relato – ancorado claramente no dizer do paciente e em suas “descobertas” – poderia muito bem ter sido outro.

Isso não quer dizer que *qualquer* relato seja possível, mas sim que há uma variedade de relatos possíveis, a serem fabricados com os significantes do analisando (oxalá não com os do analista ou de sua teoria), que funcionam como versões do passado. Todo relato, para ser eficaz, deve poder penetrar no real em torno do qual a história se constrói, mas há muitas maneiras de fazê-lo. Em certo sentido, então, uma pessoa constrói um passado para si mesma. Do mesmo modo que os povos inventam uma tradição ou que o advento de Kafka, no ensaio de Borges, dá lugar aos seus precursores. O passado, na psicanálise, é sempre a posteriori: *nächtraglich*.

## II)

É sempre interessante considerar diversos aspectos da clínica a partir da perspectiva tripla dos registros, proposta por Lacan.

O tempo, enquanto experiência, tem uma evidente substância *imaginária*: uma hora de espera angustiada por um diagnóstico não transcorre da mesma maneira que uma hora de conversa animada com um amigo. Os anos da infância não passam da mesma maneira que os da velhice. O tédio, a excitação, a tristeza, a rotina afetam o modo como o tempo é experimentado, na textura imaginária com que ele nos aparece.

No entanto, ele inclui uma dimensão *simbólica*, e é, em si mesmo, como categoria, junto com o espaço, organizador central da experiência humana. Quase todas as variáveis que se analisem do humano, quase qualquer aspecto possível de ser analisado em um esquema de abscissas e ordenadas tem o tempo como protagonista.

Organizamos as curas em função do tempo: o de nossas agendas e obrigações, com turnos de 45, 50 ou 60 minutos; separamos o tempo das entrevistas dos das sessões; imaginamos os finais... A própria periodização do tempo em segundos, minutos, horas, dias, anos, séculos... implica um ordenamento simbólico. Uma grade com a qual enquadrámos, tornamos inteligível e operacional um fluxo que se apresenta como contínuo.

Como sempre, como em tudo: há um *real* em jogo. Indiscernível, inapreensível a não ser através do andaime simbólico e das roupagens imaginárias. Entretanto, há um tempo real, claro, que talvez não tenha expressão mais definitiva, mais clara, que a própria morte que o afeta *Nachträglichkeit*.

Há algo em relação ao tempo na análise que transcorre em silêncio – não só o que Santo Agostinho afirmou de modo definitivo (“se ninguém me pergunta, eu o sei; mas se me perguntam, e quero explicar, não sei mais nada”) –, não apenas no fato de que o tempo é uma das coordenadas a partir das quais tudo se lê, ainda que seja impossível que ele mesmo seja lido enquanto coordenada. Antes, ele é silencioso de uma forma sintomática. E isso, paradoxalmente, apesar de tudo o que é discutido, escrito e publicado sobre o tempo.

Nesse sentido, há um *silêncio* sobre o tempo e um *mutismo* sobre o tempo. O silêncio faz referência ao que M. Leivi (Leivi, 2013) e D. Sperling (Sperling, 2013) destacam acerca da impossibilidade de um saber sobre ele. O *mutismo*, por sua vez, remete ao que não se diz, ao que se evita, menos por uma impossibilidade estrutural do que para esquivar-se daquilo que é insuportável de ser pensado, a finitude.

Sabemos da não inscrição da morte no Inconsciente, ainda que não devêssemos negá-la em nossa prática. E, assim, introduzir a ideia de finitude em terrenos onde – muitas vezes fazendo o jogo da procrastinação obsessiva – tende-se à infinitização: curas sem fim, processos de formação que começam e se estendem até idades inverossímeis...

As dimensões se misturam: o tempo do meu voo e a forma como essa experiência muda se eu tiver conseguido descansar antes ou não formam um tecido imaginário que se trama com o tempo do voo, a hora deste encontro e quantos minutos leva – além de toda imaginação – para atravessar o trânsito

de São Paulo, ou o tempo que me resta para falar-lhes. Fora isso, o tempo que passou desde a última vez que vim a esta cidade e, sobretudo, a incerteza – toda vez que viajamos a algum lugar – se haverá uma próxima vez. Ninguém sabe quando é a última vez que disse algo ou que pisou em uma cidade, e algo da realidade do tempo está em jogo nisso.

Sabemos que o início de uma análise, a instauração do dispositivo e, portanto, do discurso analítico, implica o estabelecimento, em condições artificiais, do discurso histórico: um sujeito dividido por seus sintomas – e desconhecendo aquilo que os causa – falando a Outro, com vistas a produzir um saber. Daí a abundância do “diagnóstico” de histeria em nossa clínica; muitos de nossos pacientes são histericizados artificialmente, e, assim, pesquisando o seu desejo nas trilhas do desejo do Outro, chegam a algum porto.

A *histérica* tem uma estratégia amigável com relação ao tempo: ela o usa, lida com suas intrigas em uma arte de *suspense* e, mesmo quando se frustra, insatisfeita ante seus fracassos, não o ignora de forma alguma. O *obsessivo*, por sua vez, é um especialista em fazer de conta que o tempo não existe, ou, ainda, que existe um tempo que não conhece qualquer limite. Em sua procrastinação eterna, evade a presença da morte. Ainda que a evadindo, torna-a mais presente que nunca, *matando* o que poderia viver – em termos do desejo – a partir de uma análise. *Habit is a great deadener*, escreveu Beckett, e a análise de um obsessivo, sempre em risco de se tornar um hábito, envolve esse risco.

Nosso fazer analítico tem dois mestres, se subordina a duas ordens por vezes conflitantes: por um lado, a da legalidade social, a do pré-consciente do relógio e do calendário e dos contratos egóicos por outro, o tempo caprichoso e inoxidável do desejo, do inconsciente e da pulsão de morte, o tempo sem tempo do gozo. Há um divisor de águas no “manejo técnico” do tempo, uma pedra de toque de rupturas cujos efeitos – por mais traumáticos que sejam – se deixam ouvir hoje como se tivessem acontecido ontem: trata-se da maneira de se usar o tempo nas sessões, cronometrado ou livre, lógico ou cronológico, a serviço do acordo social ou da aparição pulsional do inconsciente, ansioso para fazer presente o real ou para se apegar ao simbólico, com o risco, presente em ambos os casos, de coagular o imaginário. Movemo-nos como podemos entre *cronos* e *kairos*. Colocar essa questão espinhosa em termos de “sessões breves ou longas” é tirar o corpo fora do que está verdadeiramente em jogo no que diz respeito ao tempo.

E é certo que muitas vezes o fazemos, porque, no fundo, o que está verdadeiramente em jogo é a angústia, a angústia diante de um fim. E, então, trata-se de outra dimensão do ritual: por um lado, um modo necessário de regular o



tempo. Por outro, um modo defensivo em que o ritual nega o tempo, favorecendo a procrastinação.

Talvez o melhor modo de lidar com o tempo em psicanálise seja justamente inclui-lo, como se todos tivéssemos em nossos consultórios, tão visível quanto o relógio, uma caveira, como um lembrete. Seja a que aparece nua e anamorfoseada no quadro *Os embaixadores*, de Hans Holbein, seja o crânio quadriculado de Gabriel Orozco em *Black Kites*, ou o revestido de diamantes de Damien Hirst. Que nos lembre, a cada dia, em cada sessão, que não há tempo a perder. Que ninguém, nem nossos analisandos nem nós mesmos, temos tempo a perder.

## Idioma original

### I)

El psicoanálisis siempre ha sido identificado con una indagación sobre el pasado, como una búsqueda de los efectos del pasado en el presente y Freud es sin dudas quien rescató la eficacia del pasado en la constitución de los síntomas. La metáfora del analista arqueólogo, del analista historiador o del analista detective nos son familiares: los analistas somos vistos a menudo como especialistas en el pasado y prometemos a nuestros pacientes –de un modo u otro– rastrear sus huellas patógenas, aquellas en las que su presente y su futuro están comprometidos.

Quizás convenga detenernos sumariamente en qué concepciones del tiempo es posible identificar, tanto en la historia individual como en la colectiva. Y pensar a partir de ahí *de qué pasado hablamos* en psicoanálisis.

1) Por un lado, hay un tiempo mítico, **circular**. El modelo es el de la naturaleza con sus ciclos: los días, las noches, las estaciones. Es una concepción del tiempo donde todo sucede una y otra vez e indudablemente remite –en los oídos de un psicoanalista– al tiempo de la *repetición*, de las reminiscencias más que de los recuerdos, tiempo demoníaco aunque también tranquilizador: no habrá nada nuevo bajo el sol.

Aquí, en la línea de lo circular, de lo que se reedita una y otra vez, podemos ubicar lo que Octave Mannoni (Mannoni, 1973) llamaba el *análisis original*, aquel que indispensablemente debe recapitular cada nuevo analista en su práctica.

Sabemos –Foucault nos lo enseñó– que la Ciencia tiende a olvidar a sus fundadores: nadie pasa por la experiencia de Newton o de Lavoisier para hacer-

se físico o químico. Y ambos son apenas referencias en los capítulos de historia de las respectivas ciencias.

En psicoanálisis no es así. Hay una referencia (ojalá no *reverencia*) permanente e ineludible a Freud en tanto fundador de una nueva discursividad. Por eso nos repetimos tanto en nuestras citas y exasperamos así a muchos que preferirían que en nuestros artículos citáramos más los últimos avances en neurociencias que a antiguallas como Freud, Lacan, Bion o Winnicott... Es otra relación al tiempo. Y cada analista en ciernes está obligado a repetir, a recapitular el camino freudiano, pasar por un análisis, revivir la experiencia original y fundacional del primer psicoanálisis –aquellos trece años en que Freud se analizó en transferencia con un sujeto como Fliess- para advenir en tanto tal.

Otro modo–conectado con el anterior- en que el pasado está presente en el análisis, de un modo imperceptible pero no por ello menos eficaz, es a través del *ritual*. Nuestra práctica es un verdadero ritual laico que actualiza, en cada momento en que un analizante se recuesta y comienza a hablar ante el oído atento de su analista, la historia entera de la disciplina. Todo ritual es memoria en acto.

En este registro también podríamos ubicar algo del tiempo fuera del tiempo, fuera del discurso, de la **psicosis**. Allí no suele ser sencillo encontrar –ni expuesta ni cifrada- una *historia*.

Es lo que me sucede con S., un paciente psicótico a quien veo hace años y no ha podido articular –más allá de unas pocas indicaciones iniciales- nada de las circunstancias del desencadenamiento de su psicosis o de su historia infantil, ni tan siquiera de su historia reciente, mucho menos de un proyecto. Sólo podemos especular desde el discurso de otros y desde la teoría, reconstruir a través de testimonios indirectos algo parecido a una historia, construirla como un apósito, implante de una temporalidad artificial.

También aquí podríamos pensar algo del tiempo ligado a la *Verleugnung*, el tiempo de la desmentida. Incluso de la desmentida del mismo paso del tiempo. En su conexión íntima con la castración, el flujo del tiempo se convierte en otro *target* a desmentir. La frase “Ya sé que el tiempo pasa... pero aun así...” puede enunciar, en la paráfrasis de esa frase de Mannoni que describe el universo **perverso**, toda una lógica de la renegación que se encuentra en un arco que va del mero rasgo o conducta o estructura multitud de manifestaciones posibles: del ocultamiento de los signos visibles de la edad o la afición a las cirugías estéticas a la elección de objetos que ofrezcan alguna inmunidad al paso del tiempo (¿y por qué no, en esa carrera, niños?) o al desprecio por la vejez o la

sabiduría que emana de lo perecedero. De todos modos, no tenemos demasiado clínica allí, aunque lo renegatorio abunde en la escena de lo social.

2) Hay otra idea del tiempo, **lineal**, continuo, cuantificable y homogéneo, la que dibuja la flecha del tiempo trazada del pasado hacia el futuro. Es el tiempo del *progreso* (también del *proceso*, modo en que habitualmente se describe el devenir de una cura analítica) en el que tanto se ha confiado y a partir del cual la Ciencia nos asombra día a día con sus avances. Más allá de su dominio, sin embargo, a toda escala de lo humano, hay razones suficientes para desconfiar del progreso, para desconfiar de que el sólo paso del tiempo entrañe avances.

Pese a sus diferencias, estos dos modos –el tiempo como *circularidad* o como *linealidad*– son formas convencionales de pensar el tiempo y tienen consecuencias en cómo abordamos lo humano en sus múltiples dimensiones, también en la de la clínica. Ambas están presentes en Freud. Frente a la idea de un pasado que se repite, se opone la idea de un pasado que puede apropiarse –en tanto recuerdo– evitando que invada en forma de actuación o síntoma el presente. En ambas formas de concebir el tiempo, sin embargo, hay un pasado constituido, ya allí.

Estos dos modos de concebir el tiempo, transmutados en la teoría y práctica del análisis, encierran una virtud central en la forma en que se ha abordado al sufrimiento humano. Por lo pronto, introducen la *diacronía* allí donde sólo había *sincronía*. Recordemos qué era una histeria antes de Freud y las presentaciones de casos que Charcot hacía en La Salpêtrière ante el *tout Paris*: se trataba de *cuadros* dados a la *mirada* en su sincronicidad. Freud introduce allí la *diacronía*, hace hablar a esos cuadros inmóviles, los convierte en *historias*, en novelas incluso. Las historias –como el relato a través del cual se las articulan– son impensables sin una dimensión diacrónica.

3) Pero hay un tercer modo en que puede pensarse al tiempo, que también está en Freud, y constituye quizás su concepción más original. Pues en las formas anteriores, como decíamos, el pasado está allí: sea pulsando eternamente igual, sea recuperado como un recuerdo liberador. Hay un modo en cambio en que el pasado se *reconfigura* desde el futuro, aquello que implica esa palabreja alemana usada por Freud pero que tuvo que ser puesta en valor por Lacan: ***Nachträglichkeit***. No sólo resignificación del pasado, sino –aunque suene paradójal– construcción de un pasado desde el porvenir.

Hay una constatación accesible a cualquier psicoanalista: nadie que se disponga a tenderse en un diván durante un tiempo considerable a hablar de sus asuntos y pasar revista a su pasado está verdaderamente preocupado por

su historia. Si hay algo que le preocupa es su *destino*, es decir su futuro. No hay vocación autobiográfica alguna, analizarse no es un *hobby* de burgueses ociosos: se trata de acceder a las hipotecas con que el pasado condiciona tanto el sufrimiento presente como las posibilidades de un porvenir.

El pasado, entonces, es materia de una construcción paradójica. Walter Benjamin lo dice de forma muy bella: “articular históricamente el pasado no significa conocerlo ‘como verdaderamente ha sido’” (Benjamin, 1993, p.224). Pues eso es claramente una ilusión propia de una concepción convencional del tiempo. “Significa –prosigue la cita– adueñarse de un recuerdo tal como éste relampaguea en un instante de peligro”. El pasado es un texto abierto a las lecturas del porvenir, y las lecturas hechas desde el porvenir *cambian* ese texto. Ahí, tanto en el reordenamiento significativo de los textos fundacionales de cada sujeto, como en el desprendimiento de goce implicados en viejas lecturas, anidan los resortes de nuestra eficacia.

El “instante de peligro” del que habla Benjamin remite en nuestro campo a otro tema, no menor: el de la instrumentación del tiempo en una cura. Pues hay una *lógica* posible –Lacan la aisló a través de tres momentos: instante de ver, tiempo de comprender, momento de concluir– que subvierte cualquier *cronológica*. El instante de peligro adviene cuando el analista logra apresar a la fugitiva Ocasión –aquella diosa casi calva y esquiva, difícil de atrapar– en el momento de una interpretación fértil. También allí resuena la teoría del “instante decisivo” de Henri Cartier-Bresson, el magnífico fotógrafo francés (y la fotografía es esencial para entender algo del tiempo, pues justamente se trata de un arte que intenta apresar algo fugitivo, condenado a desaparecer).

Recuerdo a un analizante a quien veo hace tantos años como a S. Segundo hijo varón de un importante empresario, me consulta luego de la muerte de su padre. En el reparto de cartas o lugares, el hijo menor había quedado del lado de la madre, a salvo de la un tanto salvaje vida empresarial pero cautivo de su deseo. El hermano mayor, llamado como el padre, comienza a secundarlo en sus actividades. Al morir éste, apoderado de su herencia institucional, en pocos años construye un lugar de poder que le augura los cargos más importantes en el empresariado nacional. Mientras tanto, el hermano menor, mi paciente –quien estaba distanciado del padre a la hora de su muerte– asume un lugar distinto, dedicándose sin entusiasmos a otro oficio, alimentándose de los “huesos” que le tira el hermano mayor y rechazando cualquier vocación ligada a las empresas de su padre.

Durante el trabajo analítico, surgen determinados significantes, supuestamente escuchados de un diálogo entre sus padres y donde, mientras el hijo ma-

yor quedaba ungido con la herencia paterna, el menor quedaba “entregado” a la madre, casi como una compensación por el abandono de su marido por la vida política, entre otras cosas (al menos en el fantasma de mi paciente; donde se ve, por exclusión, la importancia de la adopción como modo de ejercer la paternidad entre los romanos: un padre levanta a un hijo y lo hace suyo... Un padre puede elegir no adoptar a un hijo propio). Uno de esos significantes aludía a que mi paciente se encargaría de una pequeña bodega familiar, alejada de los intereses del padre. A mi paciente se le adjudicaba el lugar de la “reserva” –así lo dijo y así puntuaba su lugar en el mundo: siempre en espera de lo que vendría, postergando siempre cualquier acto posible- reserva que aludía tanto al vino (donde el *reserva* de su goce es el de mejor calidad, aquel que se complace en la guarda, pero que nunca llega el momento de ser tomado), como a la categoría deportiva (donde *reserva* es el lugar de los que no juegan en primera división, como el hermano). Años se pasó quejándose de su lugar degradado, y gozando de ello, con una pobre evolución. Hasta que, menos de dos años atrás, un viraje se produce, y parecen cuestionarse algunas de esas frases que han marcado su historia (él del lado de la madre, él en reserva, él pequeño bodeguero y no verdadero empresario, él casi desheredado del nombre paterno), y se produce una particular apropiación de su herencia, con efectos notables en muy poco tiempo: casamiento, paternidad, ingreso a la vida empresarial y una incipiente, aunque ya meteórica, carrera.

Podríamos preguntarnos si en esa historia que ha logrado construir en el análisis: la de ser el hijo de la madre y no del padre, la de estar destinado a la *reserva* –también en el sentido de su locuacidad, pues es un analizante que ha demorado mucho en poder asociar libremente y más aún en tomar la palabra públicamente- se trata de hechos reales o conjeturales. ¿Forman parte de su *historia*, exhumada en el análisis permitiendo así la liberación de las inhibiciones concomitantes? ¿Se trató aquí del trabajo de arqueólogo con el que Freud identificó tantas veces nuestro oficio? Tengo mis dudas. A menudo pienso que el relato que pudo construir en sesión –relato *performativo*, eficaz pues al pretender contar la realidad la modifica– cuestiona un lugar de goce mortífero, goce de la exclusión pero también goce de ser el objeto materno, liberando su deseo, apropiándose de una identificación al padre antes esquiva, ganándose lo heredado. Pero ese relato –anclado claramente en el decir del paciente y en sus “descubrimientos”- bien podría haber sido otro.

No quiere decir que *cualquier* relato sea posible, pero sí hay una variedad de relatos posibles, a fabricar con los significantes del analizante (ojalá no del analista o de su teoría), que funcionan como versiones del pasado. Cada relato,

para ser eficaz, ha de poder morder en lo real en torno al cual la historia se construye, pero hay muchas maneras de hacerlo. En cierto sentido entonces, uno se construye un pasado. Del mismo modo que los pueblos se inventan una tradición o que el advenimiento de Kafka, en el ensayo de Borges, daba lugar a sus precursores. El pasado en psicoanálisis siempre es a posteriori, *nachtraglich*.

## II)

Siempre resulta interesante considerar distintos aspectos de la clínica desde la triple perspectiva –propuesta por Lacan– de los registros.

El tiempo, en tanto experiencia, tiene una evidente sustancia *imaginaria*: no transcurre igual una hora de espera angustiada de un diagnóstico que una hora de conversación animada con un amigo. No pasan igual los años de la infancia que los de la vejez. El aburrimiento, la excitación, la tristeza, la rutina, afectan el modo en que el tiempo es experimentado, en la textura imaginaria con que se nos aparece.

Pero incluye una dimensión *simbólica*, y es en sí mismo como categoría, junto a la de espacio, organizadores centrales de la experiencia humana. Casi cualquier variable que se analice de lo humano, casi cualquier aspecto pasible de ser analizado en un esquema de abscisas y ordenadas, tiene al tiempo como protagonista.

Organizamos las curas en función del tiempo: el de nuestras agendas y obligaciones, dando turnos cada 45, 50 o 60 minutos; escandimos el tiempo de las entrevistas del de las sesiones; imaginamos los finales... La misma periodización del tiempo en segundos, minutos, horas, días, años, siglos... implica un ordenamiento simbólico. Una grilla con la que cuadrículamos, hacemos inteligible y operacional un flujo que se presenta como continuo.

Como siempre, como en todo: hay un *real* en juego. Indiscernible, inapresable sino es a través del andamiaje simbólico y los ropajes imaginarios. Pero hay un tiempo real, claro, que quizás no tenga expresión más definitiva, más clara, que la misma muerte que lo afecta *Nachträglichkeit*.

Hay algo en relación al tiempo en el análisis que cursa en silencio –no sólo en aquello que San Agustín afirmaba de una vez para siempre (“si no me lo preguntan lo sé, si me lo preguntan no lo sé”)–, no sólo en cuanto a que el tiempo es una de las coordenadas a través de lo cual todo se lee aunque sea imposible que se lea él mismo en tanto coordenada. Más bien silencioso de modo sintomático. Y esto, paradójicamente, pese a todo lo que se discute, escribe y publica sobre el tiempo.

En ese sentido, hay un *silencio* sobre el tiempo y un *mutismo* sobre el tiempo. El silencio hace referencia a lo que M. Leivi (Leivi, 2013) y D. Sperling (Sperling, 2013) subrayan acerca de la imposibilidad de un saber acerca del mismo. El *mutismo* en cambio, remite a lo que no se dice, a lo que se evita menos por imposibilidad estructural que por esquivar lo insoportable de ser pensado, la finitud.

Sabemos de la no inscripción de la muerte en el Inconciente, aunque no deberíamos desmentirla en nuestra práctica. E incluir así la idea de finitud en terrenos donde –haciéndole muchas veces el juego a la procrastinación obsesiva– se tiende a la infinitización: las curas sin final, los procesos de formación que comienzan y se extienden hasta edades inverosímiles...

Las dimensiones se mezclan: la hora de mi vuelo y cómo cambia la vivencia de la misma si pude descansar o no antes forman un tejido imaginario que se trama con el tiempo de vuelo, la hora de este encuentro y cuántos minutos hacen falta –más allá de toda imaginación– para atravesar el tráfico de São Paulo o el tiempo que me queda para hablarles. Tras eso, el tiempo transcurrido desde la última vez que vine a esta ciudad y, sobre todo, la incertidumbre –cada vez que viajamos a algún lugar– de si habrá o no otra vez. Nadie sabe cuándo es la última vez que dice algo o pisa una ciudad, y algo de lo real del tiempo se juega allí.

Sabemos que el inicio de un análisis, la instauración del dispositivo y por ende del discurso analítico, implica el establecimiento, en condiciones artificiales, del discurso histórico: un sujeto dividido por sus síntomas –y desconociendo aquello que los causa– hablando a Otro, a fines de producir un saber. De ahí que el “diagnóstico” de histeria abunde en nuestra clínica; muchos de nuestros pacientes se histerizan artificialmente, y así, pesquisando su deseo tras la pista del deseo del Otro, arriban a algún puerto.

La *histérica* tiene una estrategia amigable en relación al tiempo: lo instrumenta, maneja sus intrigas en un arte del *suspense* y aun cuando se frustre, insatisfecha, ante sus fracasos, no lo ignora en absoluto. El *obsesivo* en cambio es un especialista en hacer de cuenta que el tiempo no existe, o más bien que existe un tiempo que no conoce ningún límite. En su eterno procrastinar, evade la presencia de la muerte. Aunque evadiéndola, la hace más presente que nunca, *matando* lo que podría vivir –en términos de deseo– a partir de un análisis. *Habit is a great deadener*, escribía Beckett, y el análisis de un obsesivo, siempre en riesgo de devenir hábito, implica ese riesgo.

Nuestra operatoria analítica tiene dos amos, se subordina a dos órdenes por momentos contrapuestos: el de la legalidad social, el del preconciente del

reloj y el calendario y los contratos yoicos por un lado; el tiempo caprichoso e inoxidable del deseo, del inconciente y de la pulsión de muerte, el tiempo sin tiempo del goce por el otro. Hay una divisoria de aguas en el “manejo técnico” del tiempo, piedra de toque de rupturas cuyos efectos –por lo traumáticos– se dejan oír hoy como si hubieran pasado apenas ayer: se trata del modo de utilizar el tiempo en las sesiones, cronometrado o libre, lógico o cronológico, servidor del acuerdo social o de la aparición pulsátil del inconciente, afanoso por hacer presente lo real o por aferrarse a lo simbólico, con el riesgo presente en ambos casos de coagular lo imaginario. Nos movemos como podemos entre *cronos* y *kairos*. Plantear esta espinosa cuestión en términos de “sesiones breves o largas” es sacarle el cuerpo a lo que está verdaderamente en juego en relación al tiempo.

Y lo cierto es que muchas veces lo hacemos, pues en el fondo, lo que está verdaderamente en juego es la angustia, la angustia ante un final. Y ahí se trata de otra dimensión del ritual: por un lado, un modo necesario de regular el tiempo. Por otro, un modo defensivo en el que el ritual niega al tiempo favoreciendo la procrastinación.

Quizás el mejor modo de hacer con el tiempo en psicoanálisis sea justamente incluirlo, como si todos tuviéramos en nuestros consultorios, tan a la vista como el reloj, una calavera, a modo de recordatorio. Sea la que aparece desnuda y en anamorfosis en el cuadro Los Embajadores, de Hans Holbein, sea el cráneo cuadrulado de Gabriel Orozco en *Black Kites* o el revestido en diamantes de Damien Hirst, lo mismo da. Que nos recuerde, cada día, en cada sesión, que no hay tiempo para perder. Que nadie, ni nuestros analizantes ni nosotros mismos tenemos tiempo que perder.

### Referências:

- Benjamin, W. (1993) Teses sobre o conceito de história. In: Benjamin, W. *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense.
- Leivi, B.M. (2013). Vicissitudes do tempo. *Calibán: Revista Latino-Americana de Psicanálise*, 11(1), pp.53-72.
- Mannoni, O. (1973). *Claves de lo imaginario*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Sperling, D. (2013). Restos de um naufrágio. *Calibán: Revista Latino-Americana de Psicanálise*, 11(1), pp.169-174.



### **¿Que hace el psicanalista con el tiempo?**

*RESUMEN: El autor ensaya, de un modo libre y tributario del origen oral de esta presentación, en algunos aspectos que cobra el tiempo en psicoanálisis. Por un lado, sus concepciones lineal y circular, y la original introducción del fundamental concepto de Nachträglichkeit a la hora de pensar la temporalidad en el análisis. Y también el doble enfoque del tiempo, en tanto cronos, la cronología, o en tanto kairos, la oportunidad. Se indaga también en el tiempo a partir del triple registro lacaniano de lo imaginario, lo simbólico y lo real, y del modo en que éste puede ser pensado tanto en la neurosis -las estrategias histéricas y obsesivas frente al tiempo- como en la psicosis o en la perversión. La indagación en torno al tiempo tiene como horizonte también al amo absoluto, la muerte, tanto en el discurso psicoanalítico como en alusiones literarias y artísticas que le sirven aquí al autor de contrapunto.*

*PALABRAS CLAVE: tiempo; kairos; cronos; Nachträglichkeit (retroactividad); pasado.*

### **What does the psychoanalyst deal with time?**

*ABSTRACT: In a free way, tributary to the oral origin of this presentation, the author discusses some aspects of time in psychoanalysis. On the one hand, its linear and circular conceptions, and the original introduction of the fundamental concept of Nachträglichkeit when thinking about temporality in analysis. And also the double approach to time, as cronos, chronology, or as kairos, opportunity. Time is also explored on the basis of the Lacanian triple register of the imaginary, the symbolic and the real, and the way in which it can be thought both in neurosis - the hysterical and obsessive strategies in the face of time - and in psychosis or perversion. The inquiry into time also has as its horizon the absolute master, death, both in the psychoanalytic discourse and in the literary and artistic allusions that serve here as a counterpoint for the author.*

*KEYWORDS: time; kairos; cronos; Nachträglichkeit (retroaction); past.*

Recebido: 06/05/2023

Aceito: 20/06/2023

---

**Tradução: Tomás Sertã**

Tomas.serta@gmail.com

**Mariano Horenstein**

mmhorenstein@gmail.com